|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Logotipo  Descrição gerada automaticamente | **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO****Secretaria Federal de Controle Interno**Coordenação-Geral das Áreas de Logística, Transferências da União e TCE (CGLOT/DG)/Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso (CGU-R/MT) | **Auditoria de Licitações****Rev. 01**10/01/2024 |
| CHECKLIST – AUDITORIA DE LICITAÇÕES NA LEI Nº 14.133/2021 (FASE EXTERNA) |
| **Objetivo:** Verificar a ocorrência de possíveis inobservâncias aos normativos e jurisprudência do TCU relativas às contratações públicas.  |

Resposta desejada: **Não** para todas as questões

| **Procedimentos** | **Critério** | **S** | **N** | **N/A** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. Análise das propostas de preços** |
| 1.1 Na análise da **proposta de preços,** houve formalismo exagerado por parte da Administração? **Ex.:** Desclassificação por um item acima do estimado sem negociação (Ac. TCU 4063/2020 – P); falta de um preço unitário (Ac. TCU 2272/2020 – P); deixar de responder mensagem do pregoeiro no Comprasnet (Ac. TCU 3.143/2020 – P); ausência de detalhamento dos custos sem realização de diligência (Ac. TCU 369/2021 – P). | Art. 12, III, art. 64, §1, art. 169, §3, I, art. 80, §4 da Lei nº 14.133/2021; art. 64, I da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 1.2 – As propostas de preços de empresas diferentes apresentam o **mesmo padrão de apresentação, erros ortográficos e gramaticais,** fontes ou tipo de letras semelhantes ou utilizam formulários ou papel timbrado similares? | Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| **2. Análise dos documentos de habilitação** |
| 2.1 - Na análise dos **documentos de habilitação,** houve formalismo exagerado por parte da Administração? **Ex.:** Desclassificação por falta de certidão de falência sem diligência (Ac. TCU 4291/2013- 1C), falta de atestado de capacidade técnica emitido antes da licitação (ac. TCU 2443/2021 – P), falha em cadastro no SICAF que poderia se saneada (Ac. TCU 1010/2021 – P).**Obs.1**: O TCU admite a juntada de documentos que atestam condição pré-existente, mesmo que ausentes dos demais documentos de habilitação (Ac. 1211/2021 – P, 156/2022-P, 2903/2022-P, 150/2023-P). | Art. 12, III, art. 64, §1, art. 169, §3, I, art. 80, §4 da Lei nº 14.133/2021; art. 64, I da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 2.2 - Há irregularidade nas **certidões de habilitação** emitidas pelas licitantes? **Obs.:** Verificar a data de emissão das certidões de regularidade (INSS, FGTS, Certidões Estaduais e Municipais) apresentadas no processo, para constatar se são válidas e se sua emissão é muito próxima ou há semelhança nos documentos que possam sugerir que tenham sido realizadas por uma mesma pessoa ou conjunto de pessoas.  | Acórdãos TCU nº 597/2023-P, 7473/2012- 1C, 2741/2018-P e 2770/2019-P, 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| 2.3 – Deixou-se de consultar os cadastros impeditivos de contratação (CEIS, CNEP, Improbidade do CNJ, TCU)? Há uma ferramenta do TCU que consolida essas consultas: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br  | Art. 14, III da Lei nº 14.133/2021; art. 337-M do Código Penal |  |  |  |
| **3. Homologação e Adjudicação** |
| 3.1 - A homologação e adjudicação (no caso em que houver recurso) foram feitas pela autoridade máxima competente? | Acórdãos nº 505/2021-P, 368/2022-P, 222/2023-P, 3972/2023-2C  |  |  |  |
| **4. Revogação e anulação** |
| 4.1 – A revogação do certame ocorreu sem demonstração de fatos supervenientes e comprovação que a contratação pretendida tenha se tornada inconveniente e inoportuna ao interesse público? | Acordão nº 3.066/2020-P, 4066/2020 – P, Súmula 473 do STF, Art. 147 e § 3o do art. 71 da Lei nº 14.133/2021. |  |  |  |
| **5. ME e EPP** |
| 5.1 - Houve contratação de **MEE ou EPP com faturamento superior ao limite** e que tenha usado benefícios ilegalmente (enquadramento indevido, combinação com grande porte)?Em caso de contratação regida pela Lei nº 14.133/2021, a ME ou EPP fica impedida de obter os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 se a empresa tiver **celebrado contratos**, n**o ano-calendário de realização da licitação**, cujos valores extrapolem o limite de faturamento para enquadramento como EPP.  | Art. 4º da Lei nº 14.133/2021; Arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, Acórdãos TCU 1378/2022-P, 250/2021-P, 1552/2013-P e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| **6. Outros casos** |
| 6.1 - Houve identificação de **relacionamentos entre os licitantes e/ou com agentes compradores**? **Obs.:** Verificar possíveis relacionamentos entre os licitantes, tais como: endereços, telefones e e-mails em comum presentes nos documentos de habilitação da empresa; mesmo responsável técnico registrado no CREA, data de constituição da empresa próxima da data do certame e área de atuação incompatível, vínculo em redes sociais/cadastros de pessoa e parentes próximos etc. | Art. 14, V, da Lei nº 14/.133/2021, STJ, REsp n. 1.259.020-SP, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| 6.2 - Há **participação, ainda que indiretamente, de servidores do próprio órgão/entidade** contratante? Verificar se o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante faz parte do quadro societário da empresa contratada ou tem vínculo habitual com licitantes ou contratados. | Art. 7º, inciso III e § 3º. do art. 122 da Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 11.246/2022 |  |  |  |
| 6.3 – Foi constatada falta de segregação de funções entre as atividades mais suscetíveis a riscos (pregoeiro elaborando ETP, TR, pesquisa de preços ou edital, por exemplo)? | § 1º do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, inciso IV do art. 18 da Portaria Seges nº 8.678/2021, art. 14 do Decreto nº 11.246/2022 e acórdãos TCU nº 686/2011-P, 1094/2013-P e 1278/2020- 1C.  |  |  |  |
| 6.4 - O quadro de pessoal da empresa (RAIS, CNIS, GFIP) é incompatível com os documentos apresentados, especialmente em licitações para contratação de serviços? | Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| 6.5 - Há indicativos de empresas participando da licitação usando o mesmo endereço de IP (Internet Protocol)? (Certidões de regularidade fiscal emitidas pelo mesmo IP obtida em circularização à SEFAZ). | Ac. TCU nº 1919/2022-P |  |  |  |
| 6.6 – Há indícios de que as empresas participantes da licitação são de fachada? Avaliar a existência jurídica das empresas participantes do certame, pesquisando seus dados nas bases do Sistema de CNPJ da SRF | Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| 6.7 - Existem **divergências entre assinaturas** da mesma pessoa apostas nos documentos presentes no processo? | Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.006-MG do STF. |  |  |  |
| 6.8 - Há incoerência na localização do licitante (inspeção física ou Google Mapas)? |  |  |  |
| 6.9 - Há indicativos de **sócios-laranja** (beneficiário de programa social, renda, instrução, moradia, estio de vida incompatível etc.) |  |  |  |  |
| 6.10 - Em atividade que envolva profissão regulamentada, como Engenharia, Arquitetura, Medicina, Contabilidade, **avaliar registro no conselho profissional** (consulta pública ou circularização)  |  |  |  |  |
| 6.11 - Conferir **autenticidade de documentos digitais** quando há indicação de endereço na internet para verificação, a exemplo de selos, carimbos, procurações, certidões, seguro  |  |  |  |  |
| 6.12 - Checar **idoneidade da licitante**, consultando cadastros impeditivos e registros no Google  |  |  |  |  |
| 6.13 - Verificar **capacidade econômica de sócio**, avaliando RAIS e/ou CNIS (acesso restrito), dados abertos, redes sociais, benefícios assistenciais como Bolsa Família, condições de moradia no Google Mapas |  |  |  |  |
| 6.14 - Avaliar **ramo de atividade** compatível com o objeto, verificando Contrato Social, CNPJ, Internet  |  |  |  |  |
| 6.15 - Verificar **representante da licitante**, sobretudo procurador com plenos poderes, buscando coincidência com outros licitantes e/ou sócio-oculto e/ou sócio-laranja  |  |  |  |  |
| 6.16 - Avaliar **alterações na licitante próximas ao certame**, como aumento abrupto de Capital Social, troca de quadro societário, mudança no ramo de atividade, procurando incoerências  |  |  |  |  |
| 6.17 - Avaliar **demonstrações contábeis** para verificar coerência de um ano para o outro e compatibilidade com o porte da empresa, ramo de atividade, atestado, contratos anteriores  |  |  |  |  |
| 6.18 - Pesquisar **outras licitações em que a empresa participou** e comparar atestados e propostas, para identificar indícios de incoerência e falsidade  |  |  |  |  |
| 6.19 - **Consultar nomes da licitante, sócio, representante**, procurando envolvimento em operações policiais, penalidades, processos judiciais relacionados a irregularidades em licitações  |  |  |  |  |
| 6.20 - Avaliar **coerência do atestad**o com registros cadastrais, dados contábeis e informações disponíveis sobre a empresa na Internet, tanto emissora do atestado quanto a licitante que o apresenta  |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Brasília/DF, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_** | **Responsável pela análise (nome, cargo)** |